

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 5980/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça George Zarour Cezar para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências dos Autos nº 0805728-83.2017.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da comarca de Campo Grande, no dia 9.11.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5988/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 8 a 12.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão dos feriados forenses de 20.12.2009 a 6.1.2010 e 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6007/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Juliano Albuquerque 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 31.10.2018 a 30.10.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011490-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5981/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0838949-52.2020.8.12.0001, em trâmite na 11ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, no dia 8.11.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5992/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o membro do Ministério Público abaixo nominado para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Bela Vista, conforme segue:

MEMBRO	AUTOS	DIA
Alexandre Estuqui Junior	0000990-45.2018.8.12.0003	6.11.2023
	0000003-67.2022.8.12.0003	30.11.2023

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6008/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 31.10.2018 a 30.10.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011496-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5979/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5975/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 8 a 12.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5970/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Aline Mendes Franco para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0802860-35.2017.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Cível da comarca de Campo Grande, no dia 7.11.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5969/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da 1ª Vara da comarca de Bela Vista, conforme segue:

MEMBRO	DIA
Jui Bueno Nogueira	1º.11.2023
Mariana Sleiman Gomes	22.11.2023

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5990/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 1 (um) dia de folga compensatória no dia 7.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5957/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas de Campo Grande no dia 31.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5972/2023-PGJ, DE 7.II.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 8 a 12.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5958/2023-PGJ, DE 7.II.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 73ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 16 a 20.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro; e tornar sem efeito a Portaria nº 5778/2023-PGJ, de 24.10.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5971/2023-PGJ, DE 7.II.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 1 (um) dia de compensação no dia 14.12.2023, por sua atuação perante o Tribunal do Júri, em regime de mutirão em 2021, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5959/2023-PGJ, DE 7.II.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 30.11.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5991/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 1 (um) dia de folga compensatória no dia 13.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2018 a 6.1.2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5960/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande nos dias 13 e 14.11.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5977/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 16 e 17.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5961/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 22ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 30.11.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 5047/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008731-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5962/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Juliano Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão dos Acordos de Não Persecução Penal da comarca de Dourados no período de 6 a 15.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 5978/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 20 a 24.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 5963/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá no período de 13 a 17.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 5068/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França 21 (vinte e um) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 21.8 a 10.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008855-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5964/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Zona Eleitoral no período de 13 a 17.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 5956/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 15 (quinze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 28.8 a 11.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00011333-4).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 5973/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho 1 (um) dia de folga compensatória no dia 7.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2011 a 6.1.2012, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5965/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Corumbá no período de 13 a 17.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5966/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá nos dias 16 e 17.11.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5974/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho 3 (três) dias de folga compensatória no período de 11 a 13.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas no período de 29.1 a 3.2.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5967/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nioaque no dia 1º.11.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5968/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Lia Paim Lima, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 45ª Zona Eleitoral no dia 1º.11.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5987/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 16.11.2023, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Lucas Medeiros Gomes da Silva, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5983/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000366, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2) Fiscal Administrativa – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 2.1) Suplente – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2023.00010761-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5984/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000363, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00010766-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5985/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE005031, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00010868-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5986/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000364, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00010767-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5997/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000367, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00010932-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6009/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor do acordo de cooperação técnica e assistência mútua celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (PGA nº 09.2023.00010431-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6002/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestor e fiscal do termo de adesão ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Sinesp, celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, MJSP, e da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Senasp, decorrente do PGA nº 09.2022.00005685-5, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Diogo Banzer da Motta, Diretor da Secretaria do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação; 2) Fiscal – Eliani Soares Rodrigues, Técnica I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6003/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, tendo em vista o disposto no artigo 258 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e diante das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão Sindicante,

R E S O L V E :

Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão sindicante instaurada por intermédio da Portaria nº 3455/2023-PGJ, de 29.6.2023, publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.926, de 3.7.2023, para apurar os fatos constantes no PGA nº 09.2023.00004853-7.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6004/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Lucas Martinez Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gerente de risco junto ao Procedimento de Gestão Administrativa (PGA) nº 09.2023.00008971-7.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6005/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar as Portarias nºs 1505/2020-PGJ, de 4.5.2020, e 539/2022-PGJ, de 7.2.2022, nas partes em que se designou a servidora Cynthia Maria Souza da Silveira, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para compor a Comissão do Memorial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e a Comissão de Análise Histórica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respectivamente.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6006/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cynthia Maria Souza da Silveira, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Procurador-Geral, símbolo MPAS-201, função de Assessora de Comunicação, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar e planejar as atividades institucionais da Assessoria de Comunicação, a fim de dar cumprimento à Ordem de Serviço nº 6/2020-SEG-MPMS, de 29.4.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5995/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto GAP/PGM nº 278, de 27.10.2023, da Prefeitura Municipal de Água Clara, que remanejou o feriado municipal em comemoração ao Dia do Evangélico do dia 31.10.2023 para o dia 1º.11.2023;

CONSIDERANDO a decisão exarada no SCDPA nº 249.010.073.0080/2023, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou a transferência do feriado municipal e autorizou a suspensão do expediente forense na comarca de Água Clara no dia 1º.11.2023,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica transferido o feriado municipal do dia 31.10.2023, terça-feira, para o dia 1º.11.2023, quarta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Água Clara, não havendo expediente na referida unidade do Ministério Público Estadual.

Art. 2º Haverá expediente normal nas Promotorias de Justiça de Água Clara no dia 31.10.2023, em virtude da transferência do feriado para a data de 1º.11.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº e-1298/2023/PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Érica Rocha Espindola, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	17 a 26.1.2024	ABONO	NÃO
2022/2023	10	31.1 a 9.2.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1299/2023/PGJ, DE 26.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1300/2023/PGJ, DE 26.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	29.1 a 7.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1301/2023/PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Helen Neves Dutra da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	12	8 a 19.1.2024	GOZO	SIM
2021/2022	10	17 a 26.4.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1302/2023/PGJ, DE 26.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Marcos Martins de Brito, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	15 a 24.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 5955/2023-PGJ, DE 6.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Meira Guerra Birolini, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral Adjunto de Justiça no dia 6.11.2023, em razão de afastamento da titular, Ana Carolina Ramos Borges.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5994/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 9.10.2023, as férias da servidora Tamires Aparecida Nascimento Firigato Fochi concedidas por meio da Portaria nº 5405/2023-PGJ, de 3.10.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 25 a 27.3.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5996/2023-PGJ, DE 7.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 9.10.2023, as férias do servidor Evonildo Martins Pinto concedidas por meio da Portaria nº e-45/2023-PGJ, de 13.1.2023, com redação dada pela Portaria nº 1187/2023-PGJ, de 14.3.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 16.1 a 7.2.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5999/2023-PGJ, DE 7.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Raíssa Bernardino Campos por meio da Portaria nº e-1447/2022-PGJ, de 11.11.2022, que seriam usufruídas no período de 20 a 29.11.2023, a serem usufruídas no período de 7 a 16.2.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6000/2023-PGJ, DE 7.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Vanusa Weber por meio da Portaria nº e-916/2023-PGJ, de 2.8.2023, de forma que, onde consta: “de 27.9 a 6.10.2023”, passe a constar: “de 19 a 28.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6001/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Rita de Cassia Figueiredo de Mello por meio da Portaria nº 3884/2023-PGJ, de 13.7.2023, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.1.2024”, passe a constar: “de 15 a 24.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6010/2023-PGJ, DE 7.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Renata Rafaela Angelotti Moro por meio da Portaria nº 1816/2023-PGJ, de 14.4.2023, de forma que, onde consta: “de 6 a 15.11.2023”, passe a constar: “de 27.11 a 6.12.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6011/2023-PGJ, DE 7.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Nathália Cavalcanti de Barros por meio da Portaria nº e-359/2023-PGJ, de 10.4.2023, de forma que, onde consta: “de 6 a 15.11.2023”, passe a constar: “de 15 a 24.4.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6012/2023-PGJ, DE 7.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Fernanda Fabrini Silva por meio da Portaria nº e-893/2022-PGJ, de 20.7.2022, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas no período de 16.11 a 5.12.2023”, passe a constar: “a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.11.2023 e de 15 a 24.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6014/2023-PGJ, DE 7.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Edmilson Dutra Nogueira por meio da Portaria nº e-313/2023-PGJ, de 27.3.2023, de forma que, onde consta: “de 2 a 11.10.2023”, passe a constar: “de 11 a 20.12.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6015/2023-PGJ, DE 8.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Elisman da Costa Vargas por meio da Portaria nº e-1450/2022-PGJ, de 11.11.2022, com redação dada pela Portaria nº 4793/2023-PGJ, de 6.9.2023, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.1.2024”, passe a constar: “de 18 a 27.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6031/2023-PGJ, DE 8.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Felipe Andrade Yazbek por meio da Portaria nº e-849/2023-PGJ, de 13.7.2023, de forma que, onde consta: “de 6 a 15.11.2023”, passe a constar: “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1404/2023-PGJ, DE 8.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Wagner Antonio Figueroa Turini, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 31.1 a 9.2.2024 e de 3 a 12.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2023.

7. Processos das Comissões:

7.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006055-9

Requerente: Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Assunto: Análise de viabilidade de alteração da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, a fim de disciplinar a prorrogação da licença maternidade quando, em decorrência de complicações médicas relacionadas ao parto, houver necessidade de internação hospitalar da segurada e/ou do recém-nascido.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Retirado de pauta a pedido do Procurador-Geral de Justiça.

7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00003996-7

Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça.

Assunto: Proposta de projeto de Lei Complementar que visa alterar a Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), bem como proposta de projeto de Lei Estadual, para fins de alteração da Lei Estadual nº 3.188, de 22 de março de 2006.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou as minutas de Projeto de Lei acostadas às fls. 490/494, que “Altera a Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.” e fl. 499, que “Altera a Lei Estadual nº 3.188, de 22 de março de 2006.”, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004255-4

Assunto: Analisar a viabilidade da transformação da estrutura organizacional do DENG e DAEX/MPMS com a elevação do grau de classificação destes órgãos no organograma da instituição, passando do patamar de Departamento para Secretaria, e, por consequência, a transformação dos cargos de Assessor de Inteligência (símbolo MPAS-202-vago e disponível junto ao CI), em cargos de Diretor de Secretaria (MPDS-103).

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Nilza Gomes da Silva, Presidente; Antonio Siuffi Neto, Membro; e Edgar Roberto Lemos de Miranda, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, manifestou-se favoravelmente ao pleito de readequação da estrutura organizacional do DENG e DAEX/MPMS, com a elevação ao patamar de Secretarias e, por consequência, a transformação dos respectivos cargos de Chefe de Departamento (MPDS-104) em cargos de Diretor de Secretaria (MPDS-103), a partir da utilização do recurso advindo do cargo de Assessor de Inteligência (símbolo MPAS-202), nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros.

Incluídos em pauta:

7.4. Procedimento de Gestão Administrativa n.º 09.2023.00005506-0

Assunto: Alteração da Resolução n.º 018/2010-PGJ, para consolidar a criação da 2ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração da Resolução n.º 018/2010-PGJ, para consolidar a criação da 2ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003432-1

Assunto: Análise e aperfeiçoamento acerca da regulamentação e unificação a respeito do plantão no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. O Senhor Presidente esclareceu que foi realizada reunião com os Procuradores e Promotores de Justiça e que a ideia foi de aglutinar e resumir 5 resoluções em uma única resolução, os critérios do



plantão não mudam, mudam tão somente a forma de compensação.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou regulamentação e unificação a respeito do plantão no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

7.6. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00005677-0

Assunto: Análise acerca da viabilidade de encaminhamento de Projeto de Lei para a criação de cargos em comissão no âmbito do MPMS.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a minuta de Projeto de Lei que “Altera o Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, para criar 12 (doze) cargos de Assessor Jurídico”, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.7. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00005673-7

Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça – MPMS

Assunto: Transformação de dois cargos de Assessor de Procurador para três de Assessor Jurídico.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Nilza Gomes da Silva, Presidente; Antonio Siufi Neto, Membro; e Edgar Roberto Lemos de Miranda, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, votou favorável à transformação de 2 (dois) cargos de Assessor de Procurador-Geral, símbolo MPAS 201, em 3 (três) cargos de Assessor Jurídico, símbolo MPAS - 206, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros.

7.8. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00005327-3

Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça – MPMS

Assunto: Instaurado com o intuito de analisar e regulamentar através de resolução, a seguinte matéria disciplinada pela Lei Complementar nº 310, de 14 de abril de 2023: conversão em licença compensatória pelo exercício das funções transitórias previstas no art. 124, conforme previsão constante do parágrafo único do art. 162-A, ambos da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a minuta de Resolução que regulamenta o exercício de função transitória prevista no art. 124 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Ofício nº 0195/2023/CGMP/MS, de 15.3.2023. O Corregedor-Geral do MP, Silvio Cesar Maluf, em atenção aos artigos 18, inciso XI e 172, da Lei Complementar nº 72/94, encaminha a Vossa Excelência o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 05/CGMP/2022, publicado no DOMP nº 2806, de 15 de dezembro de 2022, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Campo Grande, Camapuã, Costa Rica, Paranaíba, Aparecida do Taboado e Inocência, para conhecimento.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, tomou ciência.

Incluído na pauta:

8.2. Ofício nº 0272/2023/CGMP/MS, de 11 de maio de 2023. O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio César Maluf, solicita autorização do e. Colégio de Procuradores de Justiça, para realizar Correição Ordinária nos seguintes Órgãos: Procuradorias de Justiça, Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça – CAOs, Grupos, Núcleos, Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX, Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação - CI e na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - ESMP/MS. Indica, nos termos do artigo 169, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, os Procuradores de Justiça Belmires Soles Ribeiro, Marigô Regina Bittar Bezerra e Irma Vieira de Santana e Anzoategui, e como suplente Olavo Monteiro Mascarenhas, para comporem a Comissão Correicional.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a indicação dos membros para comporem a Comissão Correicional indicados pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

8.2. Referendar as seguintes Portarias:

1. Portaria nº e-207/2023-PGJ, de 6.3.2023, que concedeu ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente exercendo a cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, a conversão em abono pecuniário de um terço das férias 10 (dez) dias, do período aquisitivo 2019/2020, nos dias 23.2 a 4.3.2023, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.



2. Portaria nº 828/2023-PGJ, de 24.2.2023, que indeferiu, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias férias regulamentares ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente exercendo a cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídas no período de 6.3 a 4.4.2023, nos termos dos artigos 144 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

3. Portaria nº 934/2023-PGJ, de 1º.3.2023, que concedeu férias e conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente exercendo a cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, do período aquisitivo de 2021/2022, nos termos do artigo 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, tornando sem efeito a Portaria nº e-93/2023-PGJ, de 30.1.2023, conforme se segue: 10 (dez) dias a serem usufruídas no período de 2 a 11.5.2023; 10 (dez) dias de abono no período de 15 a 24.5.2023; e ainda, 10 (dez) dias a serem usufruídas no período de 11 a 20.9.2023.

4. Portaria nº 1034/2023-PGJ, de 3.3.2023, que concedeu férias ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público, 3 (três) dias de compensação nos dias 27 e 28.4 e 12.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 14 a 21.3.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 35/2015-PGJ, de 24.11.2015.

5. Portaria nº 1640/2023-PGJ, de 4.4.2023, que indeferiu, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente ocupando o cargo do Corregedor-Geral do Ministério Público, que seriam usufruídas no período de 10.4 a 9.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou as Portarias nº e-207/2023-PGJ, nº 828/2023-PGJ, nº 934/2023-PGJ, nº 1034/2023-PGJ e nº 1640/2023-PGJ, sem ressalvas.

8.3. Referendar as seguintes Portarias:

1. Portaria nº 1149/2023-PGJ, de 13.3.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 1(um) dia de férias compensatórias no dia 13.3.2023, referente ao feriado forense de 20.1.2019 a 6.1.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

2. Portaria nº 1707/2023-PGJ, de 10.4.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 19 (dezenove) dia de compensação de plantão, que seriam usufruídas no período de 20.3 a 7.4.2023, nos termos do art. 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou as Portarias nº 1149/2023-PGJ e nº 1707/2023-PGJ, sem ressalvas.

8.4. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda. (PGAs nºs 09.2023.00002680-0, 09.2023.00003742-9, 09.2023.00003743-0, 09.2023.00003744-0, 09.2023.00004058-9, 09.2023.00004233-2 e 09.2023.00004535-1).

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça.

Campo Grande, 31 de outubro de 2023.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça



DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2023.

7. Processos das Comissões:

7.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00002801-9

Assunto: Minuta de resolução com a finalidade de instituir programa de práticas autocompositivas no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a minuta de resolução que “institui o programa Consenso no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul”, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004282-1

Requerente: Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações

Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa.

Assunto: Análise acerca do pedido de revogação do art. 4º, § único e § 12 do art. 33, ambos da Resolução nº 015/2007.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a proposta de revogação do parágrafo único, do art. 4º e do § 12º, do art. 33, da Resolução nº 015/2007-CPJ, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00005973-4

Assunto: analisar possíveis alterações na Resolução nº 002/2015-CPJ, de 19 de março de 2015, que "Dispõe, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sobre o exercício constitucional do controle externo da atividade policial, nas formas concentrada e difusa, e dá outras providências" e na Resolução nº 017/2016-PGJ, de 16 de agosto de 2016, que "Institui o Regimento Interno do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências".

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou as minutas de resolução acostadas às fls. 9/10 e 11/12, que alteram, respectivamente, a Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19 de março de 2015 e a Resolução nº 17/2016-PGJ, de 16 de agosto de 2016, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00008787-4

Requerente: Secretaria de Finanças do Ministério Público Estadual. Assunto: Proposta Orçamentária Anual - 2024.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Nilza Gomes da Silva, Presidente; Antonio Siufi Neto, Membro; e Edgar Roberto Lemos de Miranda, Secretário. **Deliberação:** O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a Proposta Orçamentária para o exercício de 2024 do Ministério Público Estadual, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros.

8. Processos:

8.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00007597-8

Assunto: Analisar a viabilidade de adesão ao Programa Lar Legal, instituído pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, destinado à regularização urbana, por intermédio de jurisdição voluntária.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a minuta de Resolução que dispõe sobre a adesão do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, instituído pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e destinado à regularização urbana, por intermédio de jurisdição voluntária.

8.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006191-8.

Requerente: Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou o requerimento formulado pela Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público.

**9. Assuntos Institucionais:**

9.1. Corregedoria-Geral do MP: Ofício nº 0366/2023/CGMP/MS, de 26.5.2023. O Corregedor-Geral do MP, Silvio Cesar Maluf, em atenção aos artigos 18, inciso XI e 172, da Lei Complementar nº 72/94, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 01/CGMP/2023, publicado no DOMP nº 2849, de 06/03/2023, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Terenos, Sidrolândia, Campo Grande (cíveis), Nova Andradina, Bataguassu, Batayporã e Anaurilândia, para conhecimento. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00069470-2*)

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, tomou ciência sem ressalvas.

9.2. Referendar as seguintes Portarias:

1. Portaria nº 2206/2023-PGJ, de 8.5.2023, que indeferiu, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Corregedor-Geral do MP, Silvio Cesar Maluf, que seriam usufruídos no período de 10.5 a 8.6.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

2. Portaria nº 2314/2023-PGJ, de 12.5.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, no período de 3 a 12.7.2023, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, nos termos do artigo 149, § 1º, Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou as Portarias Portaria nº 2206/2023-PGJ e a Portaria nº 2314/2023-PGJ, sem ressalvas.

Campo Grande, 31 de outubro de 2023.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 21ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2023.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010802-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008453-3.

2. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000255-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003501-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005490-6.

3. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008006-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006382-7.

4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005310-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001160-5.

**5. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006949-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006277-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006778-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002987-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002954-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001739-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002003-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008127-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004717-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004066-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000556-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001871-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003121-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005753-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006389-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003644-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007323-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008930-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003643-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005870-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003406-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002457-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003953-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008937-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004714-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002215-0.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000671-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005336-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003671-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009851-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002602-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010228-8.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001387-6.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012074-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012076-4.

9. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004436-6.

10. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008987-2.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**1.2.1. CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000009614-0:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001895-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000189-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001243-7.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000300-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000329-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000398-6.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000780-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000632-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000678-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000709-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000782-0.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000845-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000501-5.

1.2.2. CONSELHEIRO ANTÔNIO SIUFI NETO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000006821-1:****3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000312-0.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000010535-6:**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001391-7.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001490-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002367-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000932-9.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001705-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000514-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001542-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:



Inquérito Civil nº 06.2021.00000648-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000672-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000763-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000843-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000870-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000901-8.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000948-4.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000491-6.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000611-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000641-4.

1.2.3. CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010527-8:

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2016.00000431-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002324-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000513-6.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000435-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000732-7.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000930-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000314-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000846-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000858-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001063-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000664-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000852-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000878-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000933-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000515-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000526-0.

1.2.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010529-0:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000247-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001058-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001352-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001608-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000588-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000675-4.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000585-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000722-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001008-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000270-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000897-4.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000922-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000938-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000942-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000485-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000514-8.

1.2.5. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00009615-1:****Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001131-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000408-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000385-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000386-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000494-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000723-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000755-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000153-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000403-8.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000434-9.

46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000520-4.

1.2.6. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010526-7:****Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000873-6.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000458-8.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000515-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000117-7.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000753-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000793-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001104-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001274-1.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000684-3.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000860-8.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000862-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000926-2.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000623-6.

1.2.7. CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010533-4:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001422-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000405-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000690-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000904-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000881-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000511-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000555-1.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000904-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000803-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000736-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000776-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000869-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000890-8.

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Julgamento de Processos:****1. Recurso em Reclamação nº 10.2023.00000131-8 – SIGILOSO****Relator Conselheiro Antônio Siufi Neto****2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00009000-2**

Requerente: Dr. Fábio Ianni Goldfinger - Promotor de Justiça

Assunto: Requerimento formulado pela Promotor de Justiça Dr. Fábio Ianni Goldfinger, titular da 30ª Promotoria de



Justiça de Campo Grande e atualmente designado ao cargo de Diretor da ESMP-MS, em que requer autorização, para sem prejuízo de funções, cursar a disciplina de "Licitação no Direito Administrativo Comparado", promovida pela Universidade de São Paulo - USP, às quintas-feiras, das 17h às 21h, com início em 10/08/2023 e término dia 22/11/2023.

Relator Conselheiro Antônio Siuffi Neto

2.2. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos, celebrados na fase extrajudicial, submetidos à aprovação do Conselho Superior do MP, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2023:

1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000612-1 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa

2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000016-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: JRA Propaganda e Marketing Ltda e Prefeitura de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente na celebração de termo aditivo de contrato entre a Prefeitura de Deodápolis e a empresa JRA Propaganda e Marketing Ltda, referente ao contrato objeto da Tomada de Preço nº 003/2013.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000558-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Márcio Faustino de Queiroz

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de possíveis irregularidades no abastecimento de veículos públicos de Bandeirantes/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002574-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001128-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Vieira

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 2,43 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada sem floresta-de-galeria, na Fazenda Pousada San José II, no município de Nova Andradina/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 44/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental – 2019).

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001201-9 – SIGILOSO

49ª Promotoria de Justiça das Fundações da comarca de Campo Grande

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000641-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Davi Cavalari de Barros

Assunto: Apurar a supressão de 5,65 hectares em área remanescente de vegetação nativa e de Reserva Legal, no Sítio Aconchego, em Bonito/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 123/22/NUGEO.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000787-5 – SIGILOSO

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001125-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes



Requerente: Reomar Peres Ferreira

Requerido: Município de Pedro Gomes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no uso de maquinários públicos por particulares, moradores da zona rural do Município de Pedro Gomes/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000016-4 – SIGILOSO

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

10. Inquérito Civil nº 06.2023.00000369-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Neli Clarindo de Souza

Assunto: Apurar o desmatamento de 19,00 ha, ocorrido na propriedade rural denominada Fazenda Novo Império, localizada no município de Coxim/MS e de propriedade do Sr. Neli Clarindo de Souza, conforme Parecer do Nugeo n. 778/17.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTÔNIO SIUFI NETO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000263-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental envolvendo as obras de drenagem urbana em andamento na região compreendida entre a Avenida Papa João Paulo II e as Ruas Andrew Robalinho da Silva, Batista Bezerra, Orlantina Lemos Maia e Otto Lemos Fleury, no município de Paranaíba/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000825-1

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a existência de deliberação sobre o plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, bem como a existência de conta específica para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001311-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar a ausência de normas legais para a organização dos serviços funerários, conforme determina o art. 15, XXXIII, alínea "b" da Lei Orgânica do Município de Coxim".

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001492-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia apresentada por Eunice Dehn de assoreamento do córrego São Bento, localizado na zona urbana deste município.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003550-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados em razão da supressão de 326 (trezentos e vinte e seis) lascas de essência aroeira, totalizando 5,62m³, na Fazenda Remanso Alegre, e de 19 (dezenove) palanques da essência aroeira, consistindo em 4,25m³, na Chácara Araras, ambas as propriedades rurais localizadas neste Município de Rio Brilhante/MS, sem a necessária autorização do órgão competente.

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000657-2**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque/MS

Assunto: Apurar eventual violação aos princípios administrativos em processo de seleção de professores temporários da rede municipal de ensino do Município de Nioaque/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000873-7 – SIGILOSO

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000274-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da cedência de servidor do Executivo Municipal de Rio Brilhante/MS para o Instituto de Previdência.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000541-1

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Saúde

Assunto: Apurar as medidas adotadas pelo Hospital Regional de Mato Grosso do Sul para sanar as irregularidades constantes nos Relatórios de Vistoria nº 58/2022 e nº 155/2022-CRM/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000368-6

2ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a legalidade dos atos de nomeação e convocação de candidatos aprovados para o cargo de Assistente Social no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, pela Prefeitura Municipal de Naviraí/MS.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00000909-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no cumprimento de jornada de trabalho por servidor municipal lotado na Secretaria de Obras de Coxim/MS.

12. Inquérito Civil nº 06.2023.00000636-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Larissa Leiko Yamashita e Ligia Keiko Yamashita Sartor

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 14,44 hectares de vegetação nativa em área declarada como Reserva Legal, Área de Preservação Permanente e Área de Uso Restrito para declividade de 25 a 45 graus, na Fazenda Paraíso das Águas, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, realizada sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 264/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001542-3**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ariane Correa Ferreira

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na apresentação de diploma aparentemente falso ao Município de Rio Brilhante/MS por ocasião da comprovação de requisitos para posse em cargo público.

**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000859-6**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na assistência aos pacientes na UPA Coronel Antonino.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000522-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco José Ferreira Jacintho

Assunto: Apurar a ausência de 183,49 hectares para a composição de Reserva Legal e o déficit de 672,91 hectares em Área de Reserva legal na Fazenda "Touro Branco", localizada na cidade de Naviraí, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Parecer nº 038/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios - Projeto Córrego Curupaí).

4. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000519-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade envolvendo a execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, pelo CREAS de Paranaíba/MS, em razão de informações colhidas por ocasião de visita de inspeção realizada no órgão em 10/05/2023, por sua natureza de entidade executora de MSEMA LA e PSC, conforme relatório acostado no bojo dos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001837-9.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001319-1 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca e Água Clara

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000699-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Monica Barros Reis

Assunto: Operação Cervo-do-Pantanal - Parecer 892/17/Nugeo. Apurar a supressão vegetal de 41,68 ha sem a devida autorização do órgão ambiental competente, ocorrido na propriedade rural identificada por Fazenda Mangabal, de propriedade de Mônica Barros Reis e outro.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000753-1 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000347-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Neiva Dal Pasqual, Aurélio Rolim Rocha e Nilton Fernando Rocha Filho

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 256,62 hectares de vegetação nativa, sem autorização de órgão competente, em área de aplicação da Lei Federal n. 11.428/2006, fato ocorrido na Fazenda Baía das Conchas, localizada neste Município.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000455-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valmir Alves Souza

Assunto: Apurar atividade de desdobramento madeireiro, com possível degradação ambiental a partir da suspeita da violação de condicionante administrativa constante do Informativo de Atividade, especificamente a exigência de regularidade da madeira a ser desdobrada, conforme Auto de Infração Imasul nº 012293/2023.

**2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001088-0**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e EBL Empresa Brasileira de Loteamentos LTDA.

Assunto: Apurar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo loteamento Jardim Primavera, localizado no município de Ponta Porã/MS, IC 32/2015/01ªPJPP.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000435-9 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000369-0

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual falta de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Fazenda Salto e Santa Rosa, Gleba 9, matrícula n. 259.504, situada em Campo Grande/MS.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00001320-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Aleson Alípio Cândido

Assunto: Apurar a supressão de 4,92 ha de vegetação nativa na Fazenda Santa Rosa, de propriedade de Aleson Alípio Cândido, sem autorização dos órgãos ambientais.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001325-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Cleiton Luiz Maran e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 7,18 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Mata Atlântica (art. 2º da Lei Federal nº 11.428/06, na Fazenda São Luiz, em Amambai, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico nº 240/21/NUGEO.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003440-5**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Rio Brilhante e Esporte Clube Águia Negra

Assunto: Apurar a legalidade dos repasses de verba pública do Município de Rio Brilhante/MS ao time de futebol profissional Esporte Clube Águia Negra e se houve o atendimento da finalidade pública na utilização do numerário repassado.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000758-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Júlio Nelvo Zeviani

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais descritas no Auto de Infração n. 04060, ocorridas na Fazenda Conquista do Prata, de propriedade de Júlio Nelvo Zeviani, localizada no Município de Jardim/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000067-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro Nunes de Assunção

Assunto: Apurar a abertura de uma estrada na Fazenda Monte Cristo, sem licença dos órgãos ambientais, conforme auto de infração n. 4777 da PMA.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000852-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roberto Pedro Tonial e Nilton Néia Nogueira

Assunto: Apurar a supressão de 7,65 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Cabeceira Comprida, em Pedro Gomes/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 288/22/NUGEO.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000004-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Eliane Haddad

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de operar miniusina hidrelétrica sem a Licença Ambiental de Operação expedida por autoridade competente ocorrido na Fazenda Embay, nesta urbe.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000777-8

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande Hospital Santa Casa de Campo Grande (ABCG)

Assunto: Apurar irregularidades na oferta de cirurgias eletivas da especialidade de Cirurgia Geral pelo Hospital Santa Casa de Campo Grande.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000026-0**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Moyses Henrique, Manoel Henrique Neto-MEI (Lava Rápido Marazul e Mecânica), Sebastião Francisco Pinheiro Saldanha-MEI (Chicão Artesanatos)

Assunto: Apurar a regularização ambiental das atividades de ferro velho, oficina mecânica, lava rápido e artigos de decoração, desenvolvidos em imóveis contíguos localizados no Bairro BNH IV Plano, em Dourados/MS.

Advogado: Eduardo de Matos Pereira – AOB/MS nº 17.446.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000283-9 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001274-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste

Assunto: Apurar possível ilegalidade na nomeação para o exercício de cargos comissionados na Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001391-4

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Eldorado

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Eldorado na instituição do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, com a consequente criação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON e do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000341-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Virgílio Mettífogo

Assunto: Apurar a regularidade ambiental na Fazenda Beira Rio, de propriedade de Virgílio Mettífogo, localizada em Jardim/MS.

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000656-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Daniel Dyógenes Alves de Souza

Assunto: Apurar o noticiado desmatamento em APP no Lote 40, localizado no Assentamento Colônia Conceição, em Nioaque/MS, de propriedade de Daniel Dyógenes Alves de Souza (Auto de Infração IMASUL nº 4800).

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000628-7

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Câmara Municipal de Campo Grande

Requerida: Secretaria de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar se a Unidade de Saúde da Família (USF) – Dr. Nelson Tokuei Simabukuro, localizada no Bairro Aero Rancho IV, em Campo Grande, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000040-9

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul – FFMS

Assunto: Averiguar as condições do Estádio Municipal Laerte Paes Coelho (Laertão), para o Campeonato Estadual de Futebol promovido pela FFMS - edição 2023.

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000098-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a supressão de 6,86 hectares em área de remanescente, na fazenda Patagonia - Lote 46, em Terenos/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 4490/2022/IMASUL.

10. Inquérito Civil nº 06.2023.00000359-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ana Luzia de A. B. M. Abrão

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ambiental em Área de Preservação Permanente, dentro da RPPN Ernesto Vargas Baptista, no município de Eldorado/MS.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000105-2 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Jardim

12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000453-7

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Rafael Freiner

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do empreendimento de geração de energia solar (usina solar), localizado na Chácara dos Poderes, n. 5, quadra 41, com área de 5 mil metros quadrados, de responsabilidade da empresa HT Engenharia Ltda.

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001177-4**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Donato Lopes da Silva, Márcio Belone e Aline Pires Domingues

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública consistente na dispensa ilegal de licitação para aquisição de medicamentos com possível simulação de emergência



para justificar formalização tardia de contrato.

Advogado: Luciano Pereira – OAB/MS nº 9.561.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002324-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Sigma pelo Município de Vicentina/MS, através dos pregões presenciais nº 09/2017 e nº 19/2017, para prestação de serviços de consultoria e assessoria.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000613-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades no Loteamento Recanto da Serra, em Bodoquena/MS.

Advogado: Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados – OAB/SP nº 010187.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000305-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Batista Podscan

Assunto: Apurar a realização de obra potencialmente poluidora (barramento) em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Figueira I, em Paranaíba/MS, sem autorização do órgão competente e, conforme Auto de Infração nº 012127/2023/IMASUL.

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 60/2023

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00010214-8

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: União dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul UNCME/MS, representada por sua Coordenadora Estadual, Alelis Izabel de Oliveira Gomes

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 17 de outubro de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Scanner	2
2	Monitor de vídeo	8
3	CPU	4
4	Aparelho de ar-condicionado	4
TOTAL DE ITENS		18



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/PGJ/2022

Processo nº 09.2022.00004869-9

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BR&VEND REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, representada por **Elivania Alves Lemes**.

Procedimento licitatório: Dispensada nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Amparo legal: Artigo 57, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 07.11.2023 até 07.11.2024.

Data de assinatura: 7 de novembro de 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE MPMS E BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo: 09.2022.00000673-2 - PGJ/10/1875/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, representado por **Edimar Bao** e por **Viviane Cristina Pedro Pereira**.

Amparo legal: Artigo 8º, § 2º do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003, e no artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Convênio por mais 24 (vinte e quatro) meses, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 23.11.2023 a 23.11.2025.

Data da assinatura: 7 novembro de 2023.

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 006/2023 ENTRE O MPMS E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

Processo: 09.2022.00012335-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Danilo Lovisaro do Nascimento**.

Amparo legal: Artigo 184 da Lei Federal nº 14.133/21 e da Lei Complementar Estadual nº 437/2023.

Objeto: Cooperação técnica na área de inteligência e investigação criminal, entre o MPAC e o MPMS, a ser desenvolvida por meio do uso integrado do Sistema RETINA, banco de dados criado pelo Núcleo de Apoio Técnico - NAT do MPAC, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 30.10.2023 a 29.10.2028.

Data da assinatura: 30 de outubro de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0007/2023/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001181-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul – com sede na rua 26 de Agosto, nº 1447 – Bairro Amambai - CEP: 79005-030, Campo Grande – MS.

Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Jacques da Luz - "Moreninha", localizado na cidade de Campo Grande/MS, o qual será utilizado nas competições desportivas referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional – Série B – 2023.

Campo Grande/MS, 20 de outubro de 2023.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**CORUMBÁ****EDITAL Nº 0025/2023/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001234-9.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL, Andre Luiz dos Santos

Assunto: Parecer n.º 385/23/NUGEO: apurar a regularidade da implantação/prolongamento da estrada/rodovia MS-228, em processo de construção pela empresa ALS Logística e Transportes, no Município de Corumbá/MS.

Corumbá/MS, 31 de outubro de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

**PONTA PORÃ****EDITAL N° 0068/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001254-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001254-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: apurar eventual violação do princípio da isonomia, da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana diante da exigência de exame ginecológico preventivo feminino (colpocitologia oncológica e parasitária, ultrassonografia pélvica e das mamas e mamografia) como requisito à posse de candidatas aprovadas em concurso público do Município de Ponta Porã (Edital n. 001/2022)

Ponta Porã/MS, 06 de novembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2023.00001254-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Objeto: apurar eventual violação do princípio da isonomia, da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana diante da exigência de exame ginecológico preventivo feminino (colpocitologia oncológica e parasitária, ultrassonografia pélvica e das mamas e mamografia) como requisito à posse de candidatas aprovadas em concurso público do Município de Ponta Porã (Edital n. 001/2022)

RECOMENDAÇÃO n. 0001/2023/01PJ/PPR

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã, com fundamento no artigo 129, da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, e artigo 80, ambos da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) e artigo 44 da Resolução nº 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, promovendo as medidas necessárias para sua garantia, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante disposições legais, expedir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece que a Administração Pública, em todas as atividades, deve pautar-se pelos princípios da publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência; impondo-



se que se atue em face do cidadão com equidade e isonomia, sem discriminação de nenhuma natureza, proporcionando-lhe o direito de petição, o contraditório, a ampla defesa e o recurso, nos termos dos artigos 1º, inciso II, 3º, inciso IV, 5º, caput, incisos XXXIV e LV, e 37, caput;

CONSIDERANDO que o artigo 37, I, primeira parte, da Constituição Federal determina que os cargos, empregos ou funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e o inciso II do mesmo dispositivo prevê que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e título, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei;

CONSIDERANDO que a realização de exame médico admissional deve ter por única finalidade assegurar que o candidato possui aptidão física e mental para o desempenho do cargo público para o qual foi aprovado, tendo em vista que o princípio do concurso público (art. 37, I, CF) é de que a seleção para o desempenho de cargos públicos deve ser a mais ampla possível;

CONSIDERANDO que quaisquer requisitos previstos no edital do certame que não guardem estrita pertinência com a aptidão para trabalho exercido devem ser considerados inconstitucionais (art. 39, § 3º, CF), consoante aponta a doutrina e também a jurisprudência dos Tribunais Superiores;

CONSIDERANDO o recebimento de manifestação sigilosa registrada como Notícia de Fato n. 01.2023.00008342-3 relatando que o concurso público realizado pela Prefeitura de Ponta Porã está exigindo a apresentação do exame preventivo para as candidatas mulheres, considerando a comunicante tal exigência como uma violação à intimidade da mulher, bem como um ato misógino, eis que não pediram exames íntimos aos candidatos homens, razão pela qual solicitam a intervenção do Ministério Público;

CONSIDERANDO que, de fato, observando o texto do Edital n. 001/2022 que regulamenta o Concurso Público Municipal de Provas e Títulos para provimento de Cargos pertencentes ao quadro efetivo de pessoal do Município de Ponta Porã, em seu Anexo VII, item 1.2, e na relação de exames (exames básicos) apresenta exigência de submissão, custeado pela candidata mulher, de exames ginecológicos tais como de colpocitologia oncótica e parasitária, ultrassonografia pélvica e das mamas e ainda mamografia;

CONSIDERANDO que se pode aferir que no item 1 do Anexo VII do referido edital o caráter eliminatório do requisito de apresentação do exame preventivo previsto na relação de exames básicos do mesmo documento;

CONSIDERANDO que os exames não garantiriam a incidência de câncer ou outros tipos de doenças e, além disso, tais enfermidades não poderiam ser consideradas como impeditivas ao trabalho;

CONSIDERANDO ainda que, embora o exame de colpocitologia oncótica e parasitária (papanicolau) vise de forma preventiva detectar a presença do HPV (vírus do papiloma humano), que é a principal causa do câncer no colo do útero, o Poder Público deve promover referida prevenção por meio de políticas públicas específicas, e não por meio de imposição de condição para admissão nos quadros de pessoal da Administração Pública;

CONSIDERANDO que uma possível doença detectada pelos exames não implicaria necessariamente na inaptidão de mulheres para o exercício dos cargos, pois não se revelariam incompatíveis com as atribuições, sendo que, a doença mais grave pode, inclusive, ser detectada através de outros exames considerados menos invasivos;

CONSIDERANDO ainda que a eliminação de candidato, por ser portador de doença ou limitação física que não o impede de exercer as atividades inerentes ao cargo, viola o princípio da isonomia, da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana, inexistindo plausibilidade em eventual pretensão de impedir sua investidura no cargo para o qual logrou aprovação em concurso público, baseada em mera possibilidade de evolução de doença;

CONSIDERANDO que tanto o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) já se manifestaram contrariamente à exigência de exames ginecológicos para as candidatas aprovadas em concurso;

CONSIDERANDO que o Ministério Público deve permanecer firme no propósito de assegurar a igualdade de



gênero, não podendo se permitir refutar a aplicação de princípios e regras que vedam a adoção de práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de trabalho;

CONSIDERANDO que apesar de a realização de exames ginecológicos ser recomendável, a exigência sem específica recomendação médica afronta o direito à intimidade e à privacidade da mulher, obrigando-a a realizar exames preventivos ou ter diagnóstico de riscos para enfermidades, não sendo razoável que tal exigência seja elevada à condição para admissão nos quadros da Administração Pública;

RESOLVE RECOMENDAR ao Município de Ponta Porã:

1) Que exclua do Edital 1/2022 a exigência constante no Anexo VII - Exames para a Posse, dentre os exames básicos (Relação de Exames) a avaliação ginecológica que incluiu a apresentação de exames de colpocitologia oncótica e parasitária, ultrassonografia pélvica e das mamas ou mamografia;

2) Fixa-se o prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento desta Recomendação, para manifestação acerca do acatamento, ou não, de seus termos, e apresentar documentos que comprovem o seu cumprimento. A presente Recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto aos fatos e providências ora indicados. A omissão na remessa de resposta no prazo estabelecido será considerada como recusa ao cumprimento da Recomendação, o que poderá ensejar a adoção das providências judiciais cabíveis, em face da violação dos dispositivos legais acima referidos, na forma da Lei.

Ponta Porã/MS, 06 de novembro de 2023.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

AUTOS N.º MP 09.2023.00007967-4

PROCEDIMENTO: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE OUTRAS ATIVIDADES NÃO SUJEITAS A INQUÉRITO CIVIL

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 0001/2023/02PJ/SDN

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio de sua Promotora de Justiça que a esta subscreve, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado na Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;



CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o §1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, oferece 19 (dezenove) vacinas para a população de forma gratuita no Calendário Nacional de Vacinação, sendo que todas passaram por rigorosos processos de avaliação, controle de qualidade e a aprovação para uso na população¹;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 334/2022-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, a qual expõe que para enfrentamento dos baixos índices de vacinação é primordial que sejam elaboradas estratégias conjuntas entre as equipes da Atenção Primária em Saúde, Educação e Vigilância em Saúde;

CONSIDERANDO que referido documento contextualiza a importância do Programa Saúde na Escola (PSE), que se tornou estratégia de integração entre os setores para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação de políticas públicas nacionais;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, a Nota Técnica nº 334/2022-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, recomendou adoção de diversas ações, dentre as quais, citam-se:

- realizar análise intersetorial sobre a situação vacinal e sociodemográfica do território, sendo que as equipes de saúde e de educação podem planejar de forma articulada a realização de vacinação na escola, mediante a devida aprovação dos representantes da comunidade escolar e sempre associada a atividades de promoção da saúde que envolvam a sensibilização da importância da vacinação;
- planejar ação conjunta para que os profissionais de saúde possam realizar a verificação da situação vacinal dos educandos, uma vez que exige conhecimento das vacinas, doses e intervalos recomendados, sendo importante que o profissional de saúde tenha acesso à caderneta de vacinação, a fim de avaliar o estado de proteção ou de vulnerabilidade vacinal e atualizá-la quando necessário;
- realizar o alinhamento prévio entre as secretarias de saúde e educação, conforme a realidade local para a captação dos estudantes por ocasião da efetivação da matrícula e apresentação da caderneta de vacinação a partir da avaliação do documento pelo profissional de saúde capacitado, a fim de encaminhar os não vacinados às UBS para atualizarem a caderneta de vacinação, de modo que a situação vacinal encontrada não será restritiva para a efetivação da matrícula;
- desenvolver ações de educação em saúde na escola direcionadas para a comunidade escolar com o objetivo de identificar aqueles que estão com os esquemas incompletos, sendo uma excelente oportunidade, por meio da articulação com a UBS, para garantir a atualização da caderneta de vacinação;

CONSIDERANDO que, de acordo com dados do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal da população vem caindo gradativamente, sendo que, em 2021, conta com menos de 59% dos cidadãos imunizados, sendo o patamar preconizado pelo Ministério da Saúde de 95%².

CONSIDERANDO que dados veiculados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF apontam que a taxa de vacinação infantil no Brasil vem sofrendo queda brusca, eis que a taxa caiu de 93,1% para 71,49%, sendo que tal número inseriu o Brasil entre os dez países com menor cobertura vacinal do mundo em 2022³;

CONSIDERANDO que, tal cenário traz à tona a retomada de doenças já erradicadas, como poliomielite, rubéola, e difteria, em razão da baixa cobertura vacinal, conforme dados da Agência Brasil⁴;

CONSIDERANDO que a omissão dos pais ou responsáveis legais em vacinar seus filhos/crianças sob sua responsabilidade configura violência (negligência/abandono), que deve ser notificada no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, dispõe sobre a obrigatoriedade da

¹ https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/arquivos/ebook_vacina_final_alta.pdf

² <https://portal.fiocruz.br/noticia/cobertura-vacinal-no-brasil-esta-em-indices-alarmanes>

³ <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>

⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-07/saiba-quais-doencas-voltaram-ameacar-o-brasil>



apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula escolar no Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que o artigo 1º da citada lei dispõe que é obrigatória, em todo o território estadual, a apresentação da Carteira de Vacinação dos alunos de até 18 anos, no ato de suas respectivas matrículas, em todas as escolas da rede pública ou particular, que ofereçam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que, durante Reunião de Trabalho realizada no dia 28 de março de 2023, no Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00002390-2, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde pontuou a existência de tratativas para que fosse exigido o atestado de situação vacinal no momento da matrícula das crianças nas escolas, o que faria com que os pais faltosos buscassem vacinar seus filhos quando da formalização da matrícula no início do ano letivo, já que hoje apresentam apenas a "carteirinha de vacinação";

CONSIDERANDO que se verificou que a apresentação apenas da "carteirinha de vacinação" tem sido insuficiente para demonstrar a regularidade vacinal, já que funcionários da escola, no ato da matrícula, não possuem conhecimentos técnicos suficientes para constatar se o calendário vacinal de crianças e adolescentes estão completos;

CONSIDERANDO que tal situação contribui para os baixos índices de vacinação, uma vez que não há análise minuciosa acerca da atualização da carteira de vacinação de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que referida situação constitui violação ao parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, o qual prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde (documentos anexos);

CONSIDERANDO que o STF, no julgamento das ADI 6586 e 6587, fixou a tese de que a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública, em seu inciso V, prevê que os membros do Ministério Público devem incentivar ações de promoção e de ampliação da cobertura vacinal no âmbito dos municípios notadamente em relação à imunização infantojuvenil, visando à redução do risco de disseminação de doenças e de outros agravos, haja vista o disposto no art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor do Enunciado 1, emitido na IV Reunião Ordinária de 2022 do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, que estabeleceu que o Ministério Público deve priorizar sua atuação coletiva nas questões de saúde pública, sem prejuízo de sua atribuição para a tutela individual, com fundamento no art. 127, caput, da CF/88, observado o disposto no Tema Repetitivo nº 766 do STJ e no Tema de Repercussão Geral nº 262 do STF;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seu artigo 5º que a Recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RECOMENDA:

A Secretária Municipal de Saúde de Sidrolândia/MS, Secretário Municipal de Educação de Sidrolândia/MS e a



Prefeita Municipal a exigência de "atestado de situação vacinal" de todas as crianças e adolescentes no ato da matrícula junto a estabelecimentos de ensino público ou particular, a ser fornecido pela Unidade de Saúde de referência do aluno, a fim de comprovar a regularidade do calendário vacinal de crianças e adolescentes, ou seja, no "atestado de situação vacinal" deverá constar se todas as vacinas da criança e/ou adolescente estão em dia ou, em caso negativo, quais as vacinas faltantes.

Registre-se que a não apresentação do atestado de situação vacinal ou a apresentação do atestado com pendências NÃO impedirá a matrícula do aluno, porém é imperioso que a situação seja regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias preconizado no artigo 2º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, sob pena de comunicação da escola ao Conselho Tutelar e à Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) para as devidas providências, especialmente busca ativa do aluno para regularização do calendário vacinal.

I) NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS:

A- Respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente Recomendação e, em caso de acatamento, deverão os gestores de saúde e educação dar ciência a todas as escolas do Município, públicas e privadas, acerca da obrigatoriedade do cumprimento do conteúdo desta Recomendação;

B- Encaminhe-se cópia da presente Recomendação, para fins de ciência, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência – CAODH;

C- Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente Recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP-MS.

Sidrolândia, 04 de novembro de 2023.

JANELI BASSO
Promotora de Justiça